

Cidade dos outros: imprensa e grupos populares urbanos durante a ditadura militar (Florianópolis, década de 1970)¹

Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

Florianópolis, 17 de abril de 1964. Preparada pela Igreja católica e pelas forças políticas vitoriosas da cidade ocorreu a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, para celebrar o golpe militar ocorrido dias antes². A cidade de Florianópolis mostrava-se como a imagem de uma grande e harmoniosa procissão católica. A marcha reuniu milhares de pessoas que demonstraram sua fé e, principalmente, sua fidelidade à estrutura de poder da Capital de Santa Catarina, que então ainda não chegava aos 100 mil habitantes. A muitos dos participantes a manifestação deve ter lembrado as tradicionais procissões de Nosso Senhor dos Passos e de Corpus Christi. Era a representação de uma cidade sem divisões de classe ou de qualquer outro tipo³. Aquela passeata-macha-procissão parecia dizer que havia uma só cidade, com donos reconhecidos e um único padrão de convivência. Porém, uma cidade dos “outros”, de uma população quase invisível apesar de tão próxima e de muitos outros personagens recém-chegados já começava a destoar daquela representação.

No momento do golpe militar de 1964, Florianópolis era uma cidade cujos raros arroubos de grandeza encontravam sérios limites. Com a agonia do movimento portuário que a atingiu no início do século XX, a economia urbana passou a ser apoiada até a década de 1970 na sua função administrativa como capital de Santa Catarina. A utilização cada vez maior do transporte rodoviário e o crescimento econômico das regiões mais industrializadas do Estado, no Norte e Vale do Itajaí, deixavam-na numa situação marginal, deslocada dos principais eixos econômicos e com poucas alternativas de emprego para seus habitantes. Isso se expressava numa área urbana tímida, concentrada em torno da praça principal e um arruamento com vestígios coloniais. Novas construções e criação de postos de trabalho surgiam somente através da intervenção direta do poder público, com a instalação de órgãos da administração estadual e federal⁴.

Mesmo assim, a população crescia. Houve um adensamento urbano, com loteamentos das antigas chácaras que circundavam o perímetro urbano e a incorporação de

antigos bairros ao centro da cidade. Essa situação começava a gerar uma ampliação dos segmentos mais pobres da cidade, instalando-se em especial nos morros da região central e no Estreito, na área continental⁵. Com a expansão urbana e o aumento da população de cidadãos pobres, desde pelo menos a década de 1930, foi operada na cidade uma rede de distribuição de recursos, favores e caridade — logo institucionalizada, através de políticas sociais oficiais — cujo centro era ocupado por chefes políticos, em especial os herdeiros do poder de Nereu Ramos, interventor de Getúlio Vargas e fundador no Estado do PSD (Partido Social Democrático). Junto aos grupos populares esse mecanismo atuou com certa eficiência, pois dadas as difíceis condições de vida a que estavam submetidos, as redes de amparo social e a possibilidade de obter favores do poder público surgiam como táticas cotidianas de sobrevivência, numa cultura política baseada em relações de reciprocidade.

As representações acerca dos grupos populares construídas na imprensa da cidade de Florianópolis são bastante restritas nos anos anteriores ao golpe militar de 1964. Nos jornais é possível encontrar algumas poucas referências às misérias do interior da ilha, especialmente quando algum habitante do centro urbano registrava seu espanto em encontrar tão perto de si, “estradas que são umas verdadeiras picadas, com certas choupanas fulminadas por miséria, fome, doenças e desespero”. A população dos confins do município aparecia como um conjunto de miseráveis sem perspectivas e sem futuro, “escravizados pela falta de compreensão e vergonha de nossos administradores”⁶. Vale também lembrar, no campo da literatura, a obra “Homens e Algas”, de Othon Gama D’Eça, que descrevia num estilo realista as agruras cotidianas e a completa ausência de perspectivas da vida de pescadores da Ilha de Santa Catarina e outras localidades do litoral, os quais quando não morriam em casa, “num quarto cheirando a pobreza e a sinapismos”, eram apanhados pelas tormentas e depois devolvidos à terra pelo mar, “já esponjosos, moles e podres”⁷.

Nos morros do centro da cidade, ocupados desde o início do século por populações pobres, chamava a atenção a “gente humilde, de poucos recursos” que, apesar de morar há muitos anos em áreas como o Morro do Mocotó ou o Morro da Caixa d’Água, não tinha sua

situação regularizada. Chamava-se a atenção para “os casebres de palha pendurados no alto dos morros agressivos”, habitados por crianças de “cabeças grandes, ventres crescidos e de pés descalços”⁸. Esporadicamente encontra-se menções a estas populações. Mesmo assim, em 1952, um articulista afirmava: “quem sai da rotina viciada da praça de Florianópolis, vê com tristeza nos lábios e lágrimas nos olhos, as pequenas favelas miseráveis e os seus miseráveis habitantes. Lama, sujeira e imundície invadindo as calçadas e penetrando em outros quintais vizinhos”⁹. Esta é uma das poucas vezes em que a palavra “favela” é mencionada nos jornais da cidade. E o tom é quase o mesmo daquele dirigido às populações pobres do interior da Ilha de Santa Catarina, marcado pela denúncia da pobreza e pela afirmação de que tais miseráveis seriam “heróis anônimos”, vítimas passivas à espera de ações assistenciais que dirimissem seus sofrimentos. Em geral, há a manutenção e recorrência de visões e discursos moralizadores sobre a pobreza.

As palavras empregadas no meio urbano são importantes indícios das relações estabelecidas entre memória e território. Abordar as cidades a partir do emprego diferenciado das palavras que fazem seus habitantes, bem como das transformações e deslocamentos de sentido que ocorrem ao longo do tempo, pode ser um importante instrumento para verificar processos lentos de transição cultural ocorridos nas experiências urbanas contemporâneas. “Favela”, por exemplo, faz parte do conjunto lexical que forma as chamadas “linguagens organizadoras do social”, como definem Jean-Charles Depaule e Christian Topalov. A palavra, cujo emprego no meio urbano brasileiro tem uma História já conhecida, ligada à ocupação do Morro da Providência no Rio Janeiro pelas famílias de militares que retornavam do combate em Canudos, numa região conhecida como Favela, tornou-se parte do glossário urbano do país, adotado já no Estado Novo como termo válido pela administração pública e espalhando-se para quase todo o Brasil¹⁰. Em Florianópolis a linguagem oficial timidamente encampou a palavra quando da elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade, apresentado por um escritório de arquitetura de Porto Alegre. Referindo-se aos morros da área central, os autores do plano afirmavam: “como em todas as capitais do Brasil, na periferia da cidade encontram-se favelas miseráveis no quadro da

natureza subtropical”. E continuavam: “o baixíssimo padrão de vida de grande parte das classes menos favorecidas gerou a existência dos núcleos de malocas na periferia do centro urbano”, expressões de “atraso econômico”¹¹.

De todo modo, tais representações urbanas da periferia da cidade continuaram raras na imprensa da cidade até a década de 1960. A situação da periferia urbana não havia se constituído em problema a ser enfrentado. As palavras da cidade raramente nomeavam a situação que, ademais, parecia estar incorporada à normalidade urbana. Os pobres existiam e estavam no morro. Algumas redes e ações públicas davam conta da questão. Por outro lado, na década de 1940 assistiu-se a uma importante intervenção urbana com a construção da Avenida Mauro Ramos, na base dos morros centrais, delimitando claramente o lugar dos pobres da cidade, habitantes das “malocas”. Segundo Silvia Maria Fávero Arend, “a construção desta via pública inaugura uma outra etapa no processo de modernização do espaço urbano da capital catarinense”, caracterizada não pela inclusão social, mas por um lento processo de “integração regulada” dos pobres urbanos¹². Portanto, seja nos “morros”, nas “favelas”, nas “malocas” ou nos “casebres” do interior da Ilha de Santa Catarina, uma vasta população periférica e pobre começava a adensar-se e formar um cinturão de pobreza em torno da cidade e suas procissões. Nas franjas urbanas surgia uma cidade dos “outros”, mas que ainda parecia estar contida nas fronteiras físicas e simbólicas criadas pelas elites.

A instauração da ditadura militar trouxe novos horizontes que foram logo encampados como programas de ação pelas elites que dominavam a cidade. Florianópolis até então pouco havia sentido os influxos dos grandes movimentos populacionais sobre os quais baseou-se a urbanização no Brasil do século XX, ou seja, a imigração estrangeira, a migração rural e os remanescentes da escravidão urbana. Até a década de 1960 este último contingente é o mais significativo na composição dos grupos populares do perímetro urbano, juntamente com as populações pobres do interior da Ilha, em geral descendentes de açorianos e madeirenses chegados a partir do século XVIII. Mas, aos poucos, percebe-se que a incorporação de migrantes de áreas rurais das regiões próximas ganhava relevância. Equipamentos fundamentais para a expansão urbana foram então requeridos. As linhas de

ônibus mostraram-se insuficientes para uma população em crescimento e que morava em bairros recém incorporados, formando subúrbios de onde se deslocavam diariamente para o centro da cidade, em busca das novas ocupações abertas para este contingente de trabalhadores. A flagrante carência de transporte público fazia com que a imprensa pregasse a “encampação das empresas concessionárias, ou então, a criação de uma empresa de transportes públicos, que oferecerá passagens por preços mais baratos”¹³. O crescimento comercial e as obras de construção civil ofereciam emprego de baixa qualificação e salários modestos para uma população em busca dos principais atrativos de reprodução social nas cidades brasileiras no século XX: “a mobilidade social e a ampliação continuada do consumo moderno”¹⁴. Uma grande quantidade de novos habitantes do perímetro urbano de Florianópolis, de sua área continental e das cidades vizinhas, em vias de conurbação, encontravam oportunidades com a massificação de profissões na construção civil, no comércio, com a criação de empregos de baixa qualificação em supermercados e lojas de departamentos, sem contar as oportunidades em funções como empregadas domésticas, faxineiras e lavadeiras para as famílias da nova classe média atraídas pelo crescimento urbano e que encontraram empregos públicos nas novas instalações estatais criadas na cidade, sejam as universidades ou as empresas federais.

Deixando o seu tradicional confinamento na área central, às margens da baía sul, estava sendo criada uma outra organização do espaço que permitiu o adensamento populacional e um grande crescimento do perímetro urbano. A partir da segunda metade da década de 1960, a região continental receberia projetos de implantação de núcleos habitacionais populares, insuflados pelo Plano Nacional de Habitação, lançado pela ditadura. Desde a década de 1930, a temática da habitação popular fazia parte do ideário do Estado brasileiro, significando para grandes parcelas da população pobre urbana, o principal meio de conquista do direito à cidade¹⁵. Os anúncios dos novos loteamentos afirmavam que estavam sendo construídas casas “em tempo recorde” para atender a população em crescimento, seja em Florianópolis ou nos municípios vizinhos¹⁶. Barreiros, no município vizinho de São José, foi um dos primeiros locais a receber esses loteamentos, compostos

de pequenas casas de alvenaria, absolutamente iguais ou então muito parecidas e com uma pequena infra-estrutura, a qual só seria melhorada com o passar de muitos anos e muitas promessas dos poderes públicos às reivindicações dos moradores. Desenvolvia-se na época a crença de que bastaria que a população pobre fosse removida “para moradias adequadas de baixo custo que o problema da sua ‘incorporação’ à sociedade moderna estaria resolvido”¹⁷. Os loteamentos alimentavam a expectativa da casa própria mas também abriam caminho para a constituição de uma outra experiência urbana na cidade.

Florianópolis não parecia mais caber na procissão. Ao longo da década de 1970 uma outra periferia e novos pobres aparecem na imprensa. O discurso moralizador da pobreza cede lugar a criminalização dos pobres e de seus bairros. Palavras como “favela” tomam o sentido atribuído já em outras partes do país para áreas perigosas habitadas por populações sem o direito de morar na cidade. Em 1974, uma forte chuva provocou desabamentos e desmoronamentos nos morros do centro da cidade. Os jornais noticiavam que “apesar da necessidade de reforços, os habitantes do Mocotó estão também preocupados com alguma medida repressiva das autoridades, que proíbe qualquer remodelação naqueles barracos”¹⁸. Ou seja, a administração pública começava a tomar medidas para conter a ampliação das moradias no morro, impedindo que os habitantes reforçassem suas casas para resistir às intempéries. Por outro lado, na “favela dos três poderes”, a falta de saneamento básico tornava crítico o quadro sanitário, com a disseminação de doenças diarreicas. O crescimento urbano logo evidenciou as deficiências da cidade para a recepção da população em expansão. Nos novos bairros em expansão a situação era crítica¹⁹.

Em 1972, o principal jornal da cidade abria a manchete: “gente vive do lixo na Capital”. No bairro Itacorubi, a poucos quilômetros do centro, no depósito de lixo da cidade, “os urubus e as moscas se confundem com as crianças e as mulheres que vão em busca de restos de comida e de materiais inservíveis para garantir seu sustento. O perigo que se expõe os que lá permanecem o dia inteiro juntando velharias é um fato, indiscutível: segundo o vigia do depósito, cerca de 40 pessoas na maioria crianças – catam diariamente o lixo jogado pelos caminhões, lembrando retirantes com seus rostos marcados pelo

cansaço e na esperança de contar com o ferro velho, a lataria, o papel e outras quinquilharias para a sua sobrevivência, disputando a área com os agourentos urubus”. No mesmo ano, anunciava-se que uma comissão pretendia “acabar com favelas”, retirando famílias dos morros da cidade. Anunciava-se a retirada de “600 pessoas que moram no morro do Mocotó, na Prainha”, juntamente com mais “100 famílias que moram no Pasto do Gado”, as quais, em sua maioria, eram “do interior do Estado” e “vieram para a Capital em busca de trabalho. Pobres e sem profissão definida, se marginalizam e não tendo onde morar, constroem suas malocas nesses locais criando um grave problema social”²⁰.

A periferia e os pobres, com cenas cada vez mais fortes de miséria, forçavam sua entrada nas páginas noticiosas. Era preciso então, nomeá-los, reconhecê-los. No mesmo documento oficial que seria base para a elaboração do Plano Diretor instituído em 1976 e que anunciava entusiasticamente que Florianópolis consumia à época mais cimento do que Blumenau, Itajaí e Balneário Camboriú, juntas, já alertava que a área continental conurbada com o município de São José estava sendo “edificada em padrões de favela” e que no Sul da Ilha estava sendo constituído um “núcleo afavelado” na Costeira do Pirajubá²¹. As imagens sobre os bairros populares e as populações pobres na cidade foram sofrendo mutações acompanhando o processo de crescimento urbano favorecido pelas medidas implantadas pelos governos da ditadura militar. O capitalismo brasileiro avançava para padrões monopolistas e plutocráticos. A ampliação das desigualdades sociais, a compressão dos rendimentos dos trabalhadores urbanos recém incorporados a este mercado de trabalho e o autoritarismo, favoreceram as iniciativas tomadas pelas elites dirigentes de Florianópolis no sentido de transformar a cidade em pólo para investimentos imobiliários, ao mesmo tempo em que se acenava com a perspectiva de que o turismo seria o grande promotor de desenvolvimento urbano. As divisões da cidade ficavam expostas, com impacto nas estruturas de classe e nas experiências urbanas.

A partir da década de 1980, o tema da violência passou a ser uma das preocupações mais importantes para os habitantes das cidades brasileiras. A ditadura foi sendo aos poucos derrotada, mas deixava como herança da exclusão social promovida, a deterioração

da qualidade de vida urbana e o medo das classes médias. A população pobre, principalmente homens negros e jovens, deixada durante anos à margem de investimentos públicos e subordinada às leis dos traficantes de drogas que ocuparam preferencialmente os bairros populares, foi mais uma vez vítima de discursos discriminatórios, associando sua existência e seus locais de moradia diretamente ao crime²². Por outro lado, ficou cada vez mais caro e difícil morar em Florianópolis. O direito à cidade tornou-se uma dura conquista para os moradores pobres com o decréscimo das oportunidades de emprego. Ficou também mais difícil manter a imagem de uma cidade que rezava e votava unida. A cultura política vigente e suas relações de reciprocidade demonstraram fissuras. A cidade dividia-se²³ ao passo em que sucessivas crises econômicas inviabilizavam esperanças de consumo e mobilidade social para estes personagens da cena urbana.

¹ Este texto é resultado do projeto de pesquisa “Políticas públicas e expansão de bairros populares em Florianópolis (1960-1980)”, em andamento na Udesc. O projeto conta com a participação do bolsista de Iniciação Científica (Probic/Udesc) Mateus Perez Jorge.

² O Estado. Florianópolis, 02/04/1964, n°. 14.900, ano XLIX, p.1.

³ O Estado. Florianópolis, 18/04/1964, n°. 14.913, ano XLIX, p. 2.

⁴ FACCIO, Maria da Graça Agostinho. O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Florianópolis, 1997, Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina. p. 14-27.

⁵ PELUSO JR., Victor Antônio. Crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e estrutura urbana da cidade. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 3ª. Fase, N° 3, 1981. p. 7-54.

⁶ O Estado. Florianópolis, 06/04/1954, 11.865, ano XL, p. 8.

⁷ D'EÇA, Othon. Homens e algas. Florianópolis: IOESC, 1957. p. 15-29.

⁸ O Tempo: semanário independente. Florianópolis, 27/10/1952, n°. 6, ano I, p. 16.

⁹ Diário da Tarde. Florianópolis, 10/09/1952, 9.370, ano XVIII, p. 1.

¹⁰ DEPAULE, Jean-Charles & TOPALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In BRESCIANI, Maria Stella (org.). Palavras da cidade. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 17-38.

¹¹ Florianópolis: Plano Diretor. IOESC: 1952. p. 14.

¹² AREND, Sílvia Maria Fávero. Filhos de criação: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Porto Alegre, 2005, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. P. 92.

¹³ A Gazeta. Florianópolis, 22/03/1964, n°. 7.587, ano XXX, p. 8.

¹⁴ MELLO, João Manuel C. de & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). História da vida privada no Brasil; 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 559-658.

¹⁵ CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil. Campinas, Unicamp, 1997. p. 189-194.

¹⁶ O Estado. Florianópolis, 04/12/1966, n°. 15.543, ano LII, p. 4.

¹⁷ ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 64-86.

¹⁸ O Estado. Florianópolis, 26/03/1974, n°. 17.523, ano LIX, p. 4.

¹⁹ O Estado. Florianópolis, 10/02/1976, n°. 18.238. ano LXI, p. 16.

²⁰ O Estado. Florianópolis, 15/06/1972, n°. 16.907, ano LVII, p. 1; O Estado. Florianópolis, 25/06/1972, n°. 16.920, ano LVII, p. 4.

²¹ ESCRITÓRIO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. Plano de desenvolvimento da área metropolitana de Florianópolis. Florianópolis, 1971, mimeo. p. 116-118

²² ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In História da vida privada no Brasil; 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 245-318

²³ FANTIN, Márcia. Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. 284p.